

DE CHAFARIZ A ARCA DE MIJAVELHAS. *FIRMITAS, UTILITAS ET VENUSTAS* NUMA INTERVENÇÃO NA BERMA DE UM CAMINHO À DISTÂNCIA A CAVALO DA CIDADE

IVA JOÃO DA SILVA TELES MORAIS BOTELHO*
LUÍS FILIPE COUTINHO GOMES**

Resumo: Revelaram as obras do Metro do Porto uma estratificação arquitetónica multissecular no Campo 24 de Agosto (Porto), em torno do aproveitamento dos recursos hídricos do local, em tempos, atravessado pelo Caminho para Valongo.

Dessa estratificação, catapultam-se os séculos XIV a XVI. Assim, sem esquecer a dinâmica que aterrou o espaço e albergou o lembrado poço das Patas, foca-se o *Campo de Mijavelhas* e a sua mutação para *Campos do Reimão*. E foca-se também a transformação do *chafariz* que aí houve – retido para a Memória por Fernão Lopes –, em *arca*, perdida na mesma Memória. Pujada de armas reais modernas, não explorará esta métrica medieva, porém, criando geometria de sabor já renascentista? Atreva-se a proposta.

Indagar sobre *quando, por e a soldo de quem* é todo o desafio deixado à Comunidade.

Palavras-chave: Porto; Mijavelhas.; Medieval; Moderno.

Abstract: The works of Metro do Porto revealed a centuries-old architectonic stratification in Campo 24 de Agosto, crossed by the Path to Valongo.

From that stratification, the 14th-16th centuries are revealed. Thus, without forgetting the dynamic that landfilled the space and housed the remembered well of Patas, it is focused the Campo de Mijavelhas and its mutation to Campos do Reimão. It is focused, as well, the transformation of the chafariz, remembered by Fernão Lopes, into arca.

Our proposal is that the royals arms point towards not a Medieval but a Renaissance language. To know when and by whom is the challenge left to the Community.

Keywords: Porto; Mijavelhas; Medieval; Moderno.

* Metro do Porto, S.A. Tel 937 413 340, Fax: 225 081 001. iva.botelho@metro-porto.pt.

** Arqueohoje, Lda. Tel.: 232 416 030. arq@arqueohoje.gmail.com.

I. INTRODUÇÃO

Obrigou a mitigação ambiental da obra do Metro Porto a investigação no Campo 24 de Agosto (Bonfim, Porto), no âmbito da construção da estação subterrânea implantada no seu jardim menor. Viria ela a revelar inusitados pormenores que acrescentam novidade à História Urbana deste arrabalde, no *termo velho* da cidade.

Indiciava-se tal potencial já na fase de elaboração do projeto da estação, da autoria do Empreiteiro NORMETRO, A.C.E.. Face à cronologia oitocentista da urbanização do local, fora a sua sensibilidade patrimonial subavaliada em sede de avaliação ambiental, decorrendo daí tão tardio reconhecimento. E na pesquisa para o projeto de Desvios de Rede, encontrava o dito Empreiteiro no arquivo do SMAS, o auto da condenação de um reservatório de água ali existente, e nele a surpresa tida pelos executantes:

Tendo-se procedido a limpeza sumária das paredes da arca, foi encontrada na galeria Poente e na parede Nascente, uma pedra com as armas reais. Serão estas as armas a que se refere o livro manuscrito arquivado nestes serviços – Águas Municipais – o qual a folha 52 diz: “pela câmara em 22 de Setembro de 1548 com o foro anual de 160 réis estava incluído este terreno como pertença da Quinta do Reimão e era nele que existia a referida fonte [Manancial de Mijavelhas], metida numa arca que tinha em cima as armas reais, sinal bem claro de pertencer à cidade (...)?

A investigação subsequente, já impulsionada pela Metro do Porto, S.A., viria a revelar uma estratificação multissecular centrada no aproveitamento hídrico do local. Balizada entre os séc. XIV e XIX, foi ela acompanhada por assoreamento, ao qual se deveu fundamentalmente o aterro do espaço. Mas assomava em novidade a fase construtiva remontante à Época Moderna, pela manifesta renovação do edificado vindo dos tempos medievos: uma requalificação indiciando conhecimento pelo cânon renascentista, como se propõe e deixa à discussão.

Convide-se, pois, a Comunidade Científica ao aprofundamento do estudo e conhecimento da conceção Moderna deste espaço.

II. DO CAMPO DE MIJAVELHAS AO CAMPO 24 DE AGOSTO: UMA BREVE SINOPSE SOBRE A ESTRATIFICAÇÃO DO LUGAR

1. Toponímia

Foi sucessiva a mutação toponímica do lugar designado de Campo 24 de Agosto desde Edital de 1860. Uma permanência: a presença do termo *Campo*, o qual remete

para a rusticidade duradoira do lugar: *Grande* fora antes o Campo, que também foi *do Poço das Patas, dos Cirne, do Reimão* e, lá nos primórdios conhecidos, *de Mijavelhas*.

E é pitoresca esta última designação, vindo, no presente, Germano Silva a dar voz à tradição recuada ao séc. XVII, a Baltazar Guedes¹, mencionando, a propósito, as lavadeiras e vendedeiras chegadas pela Estrada de Valongo e Amarante à feira de S. Lázaro, que por ali se aliviavam. «É óbvio o desacerto», diremos com Carlos dos Passos. De certa forma, veremos também.

O que há de certo é que o topónimo remonta à Idade Média, abrangendo um «trato de terreno situado a norte do Padrão das Almas (Largo do Padrão, hoje)»². Desde logo, nomeava um ribeiro tributário do Douro que «limitava a oriente o antigo concelho do Porto»³. Depois, tivemos os gafos do Cimo da Vila de Mijavelhas a dirigir, em 1385, petição a El Rei D. João I⁴, localizando-se também, segundo o Livro das Vereações de 1393 a 1395, no sítio de Mijavelhas a forca do concelho. E de Mijavelhas era um chafariz referenciado por Fernão Lopes enquanto palco de um episódio na Crise Dinástica de 1383-1385.

Cria Passos tratar-se esta estrutura tão-só de «uma fonte, nascente ou bica de água, pois que então no local não poderia haver nenhuma obra desse género».

2. A Estrada para Valongo e Amarante

É também certa a travessia do território pelo *Caminho para Valongo*, ou *Estada de Amarante*, como posteriormente foi chamado, seguramente justificando o investimento na rentabilização da nascente que brotaria na margem esquerda da ribeira.

Ora dá-nos a cartografia oitocentista subsídios bastantes sobre o traçado da estrada, neste território. Partindo da rua de St. Ildefonso, logo nos registam Clarke (1833) e Perry Vidal (1844) bifurcação com um percurso em frente, subindo o Bonfim, e outro contornando este morro por NO, confluindo ambos a leste, no Fojo. Já os esboços de Teodoro de Sousa Maldonado, designadamente o *projeto para a rua do Reimão*, indicam a travessia do curso no enfiamento do Bonfim.

E, efetivamente, adiante-se, neste caminho ancestral, convidaria o tempo, primeiro, ao aproveitamento da nascente, permitindo a quem por ali passasse saciar-se e assear-se no *chafariz*, depois *arca d'água* (e aliviar-se por entre a frondosa vegetação de castanheiros e nogueiras documentada arqueologicamente). Sem dificuldade, a *long durée* nos paralelizará Mijavelhas, no passado, a Águas Santas,

¹ PASSOS, 1955: 86.

² VITORINO, 1941: 63.

³ VITORINO, 1941: 63.

⁴ PASSOS, 1955: 85.

na atual A4, a presente ‘estrada para Valongo e Amarante’. E depois, já em plena Época Moderna, convidaria o mesmo tempo ao melhoramento da via, construindo a Ponte das Patas, a escassos metros, a SO da arca.

Considerados os dados arqueológicos, tudo indica que tal progresso houve como impacto ambiental no território o seu assoreamento. Causando uma subida do chão na envolvente da *arca d'água*, transformou-a no *Poço das Patas*.

3. Estratificação arquitetónica e sedimentar do *jardim menor* do Campo 24 de Agosto

A diacronia da estratificação ao redor da nascente de Mijavelhas estrutura-se em sete fases de construção. Mas podemos reagrupá-las em *quatro grandes momentos*. Ao longo deles, o sítio evoluiu na abrangência da sua utilidade, estendendo-a ao burgo, e também na sua integração no meio ambiente em mutação, com a eliminação do vale da ribeira a ser acompanhada pela passagem do edificado de *arquitetura a céu aberto* a *arquitetura enterrada*, conforme sinopticamente se apresenta.

A *primeira fase*, do séc. XIV, com *terminus ad quem* em 1384 (colhido em Fernão Lopes), identifica-se com a Fase I da estratificação. Reporta-se à fundação da construção do chafariz de Mijavelhas, tipologicamente, uma fonte de mergulho provida de dois tanques.

Na *segunda fase*, remontante ao séc. XVI, o *terminus ad quem* em 1548 é dado pelo prazo fateusim entre a Câmara e António de Madureira. Circunscreve-se à Fase II e é marcada pelo alteamento da fonte em *arca com armas reais*, igualmente provida de dois tanques, dominando larga pavimentação na envolvente.

A *terceira fase* cobre os séculos XVII e XVIII. O *terminus post quem* em 1633 assenta na data da escritura sobre a negociação da posse da água, após a sentença judicial sobre a causa que opunha a Câmara a Pero Vaz de Sousa Cirne⁵. Engloba as Fases III, IV e V, e demarca-se pela ligação à Cidade, iniciada pela construção de aqueduto abastecedor da fonte da rua Chã, edificada a propósito. Seguiram-se a adução de novos mananciais, como as minas dos Melos, do Prado e do Visconde de Castelões⁶; e também a construção de novo aqueduto distribuidor, com risco de Teodoro de Sousa Maldonado. E todos estes encanamentos foram observados arqueologicamente, assim como a subida do terreno durante esta macro fase, transformando a *arca* em *poço*.

⁵ PASSOS, 1955: 95.

⁶ SOUZA REYS, 1867.

A *quarta fase*, no séc. XIX, englobando as Fases VI e VII, iniciou-se no ano de 1819, data da ampliação da arca/poço. Autorizada por Carta Régia, dela resultou o reservatório arcado do *manancial do Campo Grande*,

*(...) denominação posterior que se lhe deu por assim se (sic) o lugar aonde assentava a sua arca, sendo modernamente mudado o nome para =Campo 24 de Agosto= notando-se que a esta nascente se chamava primitivamente =Mijavelhas=*⁷.

Atingia o complexo o seu apogeu no abastecimento do Porto, merecendo o 2.º lugar logo a seguir ao manancial da *Arca d' Água de Paranhos*. E conhecia o declínio: em 1867, relata Souza Reys, sobre a Mina do Conde de Castelões:

*Situada esta mina ... Campo (...) mui perto da sua embocadura pelo lado da Rua do Bonfim (...) tinha sido superiormente ocupada por huma caza, e não sei se foi essa a cauza de diminuir a sua agoa até que ao presente seccou de todo.*⁸

Mas, no decurso desta diacronia, merece sublinhar que ocorrera, então, o paulatino assoreamento do espaço, identificado com o Depósito 004, que alternava níveis de areia com sedimentos lodosos pobres em inclusões artefactuais. Foi graças ao mesmo que a cota do terreno subiu, *grosso modo*, dos 92 m aos 94,70 m.

Hipoteticamente processado a partir do séc. XVIII, defende-se que se tenha devido à construção da Ponte do Poço das Patas, em 1700. Mas, com segurança estratigráfica, o que podemos afirmar é que tal processo é posterior a uma acumulação acidental referenciada com o Depósito 005. As decorações das faianças presentes no acervo artefactual deste depósito indexam-lhe, por ora, cronologia no 3.º quartel do séc. XVII.⁹ De resto, a designação de *Poço das Patas* dada à Arca de Mijavelhas ocorrerá apenas em meados do séc. XVIII, sendo a referência frequente nos projetos e arrematações de obras e remodelações à época dos Almadas. À luz dos dados arqueológicos, vários esboços de intervenções urbanísticas permitem a identificação recíproca dos dois topónimos.

Praticamente desaparecido o vale da ribeira no final do séc. XVIII, e estando a chegar ao lugar a expansão urbana do burgo, restariam um aterro de nivelamento do chão, em 1850, e a subsequente urbanização para apagar da memória a impor-

⁷ SOUZA REYS, 1861.

⁸ SOUZA REYS, 1867: fl.59.

⁹ Sublinhe-se que tudo aponta para o carácter acidental da deposição. Aparentemente, um deslizamento de terras com orientação norte-sul, bloqueou ela o escoamento das águas sobranes da nascente para a ribeira (que se fazia por canal remontante à edificação do chafariz), fazendo subir o nível freático e criando condições anaeróbicas que conservaram abundante espólio ecofactual.

tância do complexo hídrico no abastecimento à cidade, na razão da infiltração de águas insalubres.

Em 1958, ditavam os SMAS a condenação e definitivo esquecimento até às obras do metro.

Foi então que os trabalhos desencadeados confirmaram, *grosso modo*, a diacronia intuída a partir das notícias do séc. XX e permitiram até reconhecer o espaço citado em Fernão Lopes. Na base da arca, observavam-se vestigiais elementos do primitivo chafariz, que remanesciam dos impactos da estratificação subsequente. E logo desde a reformulação que edificara, na Época Moderna, a arca mencionada no manuscrito do acervo dos SMAS.

Merecem a novidade e estado de conservação que nos detenhamos agora sobre estas fases, explorando os seus detalhes.

III. O CAMPO DE MIJAVELHAS NA TRANSIÇÃO ENTRE OS TEMPOS MEDIEVOS E MODERNOS

3. Ao tempo de Gonçalo Perez: o chafariz de Mijavelhas, Fase I

Elles todos preste com grande esforço e vontade sahirom todos fora, e foromsse apousentar ao chafariz de Mijavelhas que he pequeno espaço da çidade (...).

in Fernão Lopes, Crónica de D. João I, Cap. CXIX.

O *chafariz de Mijavelhas*. Localizava-se na margem esquerda do regato e materializava-se em ténues vestígios remanescentes a extensa interface de destruição observada a nascente e sul do edificado: um saimel de arco assente no que restava de um alinhamento pétreo de cantaria que, juntamente com vestígios de outros dois alinhamentos perpendiculares e respetivos caboucos, enquadrava um poço escavado na rocha, de onde brotava a *nascente de Mijavelhas*.

Interpretaram-se os vestígios como pertencentes a uma fonte de chafurdo assente no, à época, afloramento granítico, este afeiçoado de forma a permitir vencer suavemente a sinuosidade do terreno, por meio de pequenos degraus descendentes para sul e oeste. De planta retangular e levantada em cantaria de perpianho, possivelmente, a fonte era coberta por abóbada de berço. Mais, voltada a poente, dispunha de dois tanques fronteiros mas descentrados, aproximadamente orientados a NNO/SSE. Sendo afeiçoados em depressões do afloramento rochoso, os tanques eram estruturados por dois muretes de cantaria encaixados nas quebras da superfície rochosa e levantados perpendicularmente entre si. Refira-se também que o tanque Sul confinava com um lajeado insuficientemente reconhecido por impacto

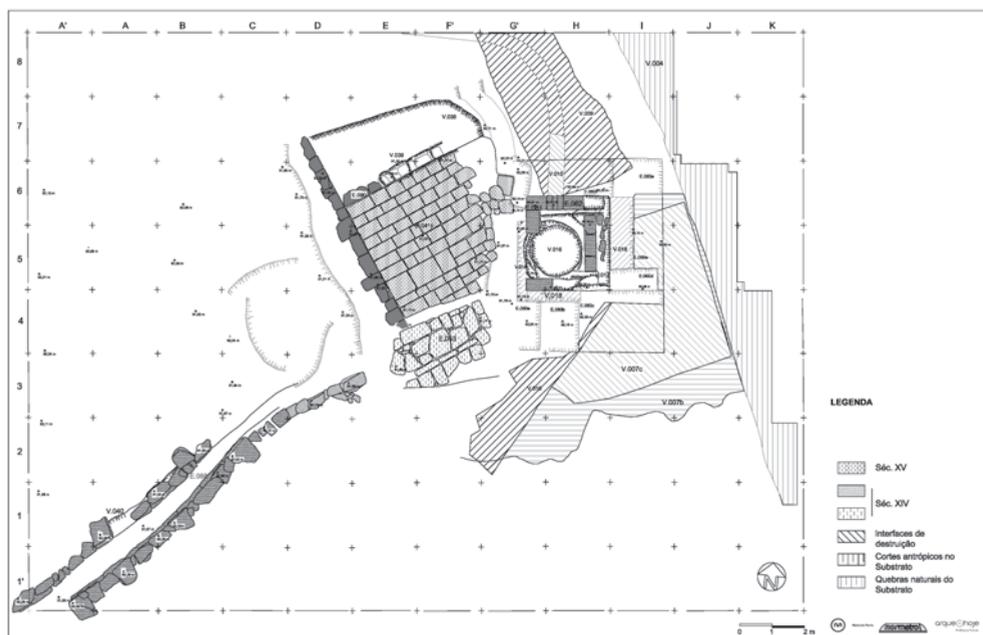


Fig. 1. O chafariz de Mijavelhas.

da obra do metro, assente no Depósito 008. E o espólio deste atesta a cronologia medieval desta fase. Mais, chafariz ligava à ribeira por meio de canal, pelo qual se escoavam as águas sobrantes.

Por fim, registre-se que foram tanques sujeitos a melhoramento com alteamento de pisos e pavimentação lajeada do tanque Sul. Referir-se-á a ele a ata de Vereação de 1414 que decidia que «(...) fizessem logo correger e amanhar o chafariz de Miega Velhas»¹⁰? Os materiais exumados no Depósito 007 associado incluem produções do Levante Espanhol, tais como *loija malagueira* e de *Paterna-Manises*, confirmando cronologia medieval tardia.

Para a discussão, note-se que, na fase inicial da estratificação de Mijavelhas – Campo Grande, a céu aberto, um corpo de 2,3 m de altura dominava uma área com c. 120 m²; e também que o murete NNO/SSE, na secção correspondente ao limite do *tanque Sul*, dispunha de 3,64 m de comprimento.

¹⁰ In Livro de Vereações, XL, 186 (1414). Informação gentilmente dada por Mário Barroca a Susana Silva, à época, colaboradora da Metro do Porto.

2. Ao tempo de António de Madureira: a arca de Mijavelhas, Fase II

Vestigial era, portanto, o estado do chafariz medievo. E desde logo fruto da construção da arca citada no prazo entre a Câmara e António de Madureira.

Com efeito, à conceção do novo espaço presidira a incorporação das preexistências naturais e construídas, numa ampliação em área e altura, com orientação principal a poente e secundária a sudoeste, imposta pela topografia local. Sumariamente, foi criada uma praceta lajeada com cerca de 375 m² que enquadrava uma *arca de pedra com armas reais*, defronte da qual se estendia tanque bipartido.

Pormenorizando, a *fonte de mergulho* (ou chafariz) foi transformada em *fonte de espaldar* (ou arca), sendo de enfatizar é que esta ampliação teve como módulo o *tanque Sul* daquele, trabalhando a sua métrica, c. 3,64 m de lado. De facto, não só a arca foi construída em volta do chafariz, como parece indiciar-se um esforço de retificação da planimetria deste: de uma estrutura retangular passou-se a outra quadrangular conseguida através do trabalho das espessuras das suas paredes, com alongamento para nascente, de forma a conseguir-se os 3,64 m de lado. E esta transformação do chafariz em arca foi acompanhada por nova reconversão dos tanques, agora resultante da rotação do seu desenvolvimento espacial. Mais uma vez trabalhando depressões naturais do afloramento granítico, foi criado um *espelho de água*, com orientação aproximada ENE/OSO. Tal conseguiu-se pela construção

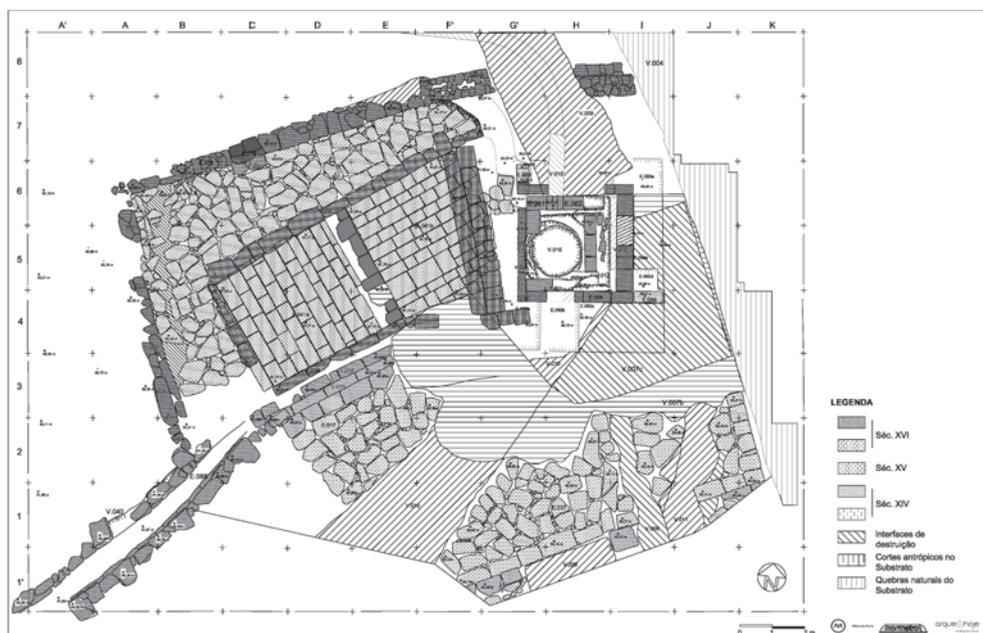


Fig. 2. A arca de Mijavelhas.



Fig. 3.
Pedra de armas de Mijavelhas.



Fig. 4.
Pedra de armas do Ladoeiro.

de novo tanque, também ele quadrangular e apresentando a mesma medida, no alinhamento a poente do antigo tanque *Sul* que, assim, passou a *Nascente*, por relação com o novo tanque.

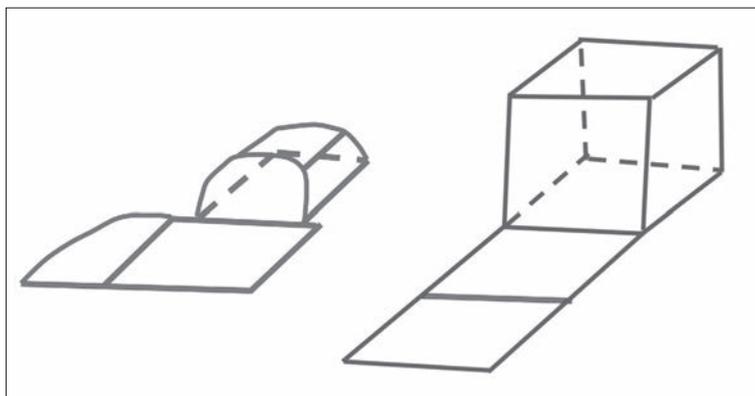
Tanques estendendo-se defronte do frontispício da arca de pedra, assim reconhecido pela presença da *pedra de armas reais*. Trata-se de escudo do tipo dito *Peninsular*, de bordos laterais paralelos, boleado em ponta, com chefe de linhas côncavas, preenchido com cinco escudetes pendentes postos em cruz, carregados de besantes(?),¹¹ e bordadura carregada de sete castelos postos três em faixa e dois em cada flanco.

Uma outra dúvida: estarão as armas incompletas? Faltar-lhes-á coroa? Assim parece, pelo recorte da atual fiada superior dos alçados Norte e Poente junto ao escudo.

Plausivelmente, afinações de cotas suscitáveis pela subida do chão poderão ter convidado à afinação da altura da *arca-poço*. E, se assim for, a sua perda permite efabular sobre a possibilidade de aquela medida poder ter estado presente no pé-direito original da arca. Ao presente, ela, no seu alçado Poente – já que são diferenciais as cotas de arranque a todo o perímetro, subindo para nascente e norte –, chegou com 3,24 m de pé-direito. Mas, a respeitarem-se as proporções presentes na pedra de armas da Fonte Grande do Ladoeiro (Idanha-a-Nova), de 1571, é plausível um pé-direito de 3,52 m.

¹¹ Assim parece indiciar pequena *fossette* detetável nos escudetes inferiores. As restantes superfícies encontram-se desgastadas, não sendo detetáveis os supostos besantes, facto devido também às atuais condições de luz. Porém, podem ser levemente observáveis no registo fotográfico de 1999, bem como nos executados durante a remontagem da arca, altura em que se beneficiava de luz rasante.

Fig. 5.
Desenho esquemático
da proposta de
transformação
modular do chafariz
em arca.



Desta forma, ainda que tendo como primeiro e segundo princípios subjacentes a adaptação ao meio físico natural e antropizado, advinha-se um terceiro na conceção desta requalificação: o seu cariz proporcionado, resultante do trabalho do módulo dado pela largura do medievo tanque *Sul*, fazendo desenvolver *dois quadrados* (os tanques), defronte de um insinuado *cu*bo (a arca).

Custo, esforço e conceção desta requalificação apontam iniciativa pública esclarecida. E ainda que dentro de certos limites, parecem corroborar Ribeiro da Silva¹²:

Quem se der ao trabalho de folhear os livros de arrematações das obras públicas do Porto dos séculos XVI e XVII, verificará que o cuidado pelas calçadas e chafarizes situados nos espaços fora de muros é entendido como uma obrigação municipal tal como as ruas de dentro.” (...)

Todavia, remonta ao período filipino um novo conceito de beleza urbanística que levou, nos primórdios do século XVII, à criação de largos espaços verdes especialmente concebidos para fruição colectiva.

Ora ali, no Campo, pelo que se verificou, *do ponto de vista estritamente funcional*, a descrita benfeitoria procurou, tão-só, o melhoramento do piso envolvente à fonte – certamente sujeito a encharcamentos –, com a aplicação da calçada de granito de estereotomia sinuosa. A superfície feita rugosa e o tardo pontiagudo preveniam, respetivamente, deslizos a quem a palmilhava e assentamentos do piso. Somente a partir dos séculos XVII(?) e XVIII serão encaminhados para o reservatório novos mananciais. Ora foi a calçada aplicada sobre o Depósito 006, aparentemente, um aterro intencional. E o respetivo espólio – com presença de faiança monocromada a branco sobre pasta vermelha – aporta significativo indicador *post quem* indexado ao séc. XVI. Ora problematiza a contextualização *ante quem* 1548 a presença de uma taça de porcelana.

¹² RIBEIRO DA SILVA, 2000: 257-261.

IV. DISCUSSÃO FINAL EM JEITO DE *POST SCRIPTUM*

Estratificação continuada ao longo de seis séculos em torno do aproveitamento dos recursos hídricos do Campo 24 de Agosto (Bonfim, Porto), não podia ela deixar de carrear limites ao conhecimento sobre as fases mais antigas, drasticamente sujeitas aos impactos das mais recentes.

Por singular novidade, destacaram-se os momentos construtivos remontantes à Idade Média e Moderna. Mas do primeiro – dando provas de «*cuidado e diligência*» no inquérito de Fernão Lopes? – somam-se as ausências fortemente trazidas pelo segundo, ele próprio evidenciando vazios.

E foi por aí que tudo começou: por umas armas reais que não tinham coroa, encerradas numa estrutura arcada que não tinha *gabarit* suficiente, e oferecia um “P” que não tinha significado claro. Aos dados de escavação encetada descontinuamente entre 1999 e 2002, somem-se os dados da remontagem na estação, em 2004, e a informação encerrada no espólio, em 2006. Acrescente-se as inspirações havidas neste Congresso.

Na prumada do “P” fundava o poço da nascente, estando o *gabarit* aterrado pelo abandono. Já entender a ausência da coroa remeterá para as entrelinhas da escrita.

A 22 de setembro de 1548, à distância “*a cavalo* [da urbe], *na Estrada para Valongo/Arrifana*”¹³, onde esta cruzava a ribeira de Mijavelhas, limite oriental medievo do termo do Porto, já ali estava a arca com armas reais e transitava para a posse de António de Madureira. Sendo que essa escritura:

*Falta no Arquivo Distrital do Porto. Está inclusa, porém, na sentença de transacção [em 1633] da Câmara com Pero Vaz Soares de Sousa, como tutor do seu filho Manuel Cirne, a respeito da água da fonte das velhas (livro 3.º das sentenças, fls. 377, do Gabinete de História da Cidade*¹⁴.

Pois em 1629 pretendia a Câmara usufruir da água para alimentar a fonte que queria construir na rua Chã. Opôs-se-lhe o «rico e poderoso» Frei Pero Vaz Sousa Cirne¹⁵.

Resolvida a questão e negociados os direitos, permaneciam na memória coletiva as pretensões e Souza Reys, que já não sabe da pedra de armas, declara, em 1867:

Foi sempre publica a fonte chamada de Arca de Mijavelhas que o Senado quis melhorar (sic) em proveito da cidade.

¹³ Informação gentilmente dada por Mário Barroca a Susana Silva, à época, colaboradora da Metro do Porto.

¹⁴ PASSOS, 1955: 91.

¹⁵ PASSOS, 1955: 103.

Qual o verdadeiro alcance desta afirmação? Quem foi o Rei também promotor da requalificação Moderna? E o que preside à sua conceção?

- A pedra de armas. O tipo *peninsular* indicará D. João III, mas D. Manuel I, as linhas curvas do chefe.

Se coroa houve, o alçado Poente da arca poderia atingir 3,52 m. Ainda falta para a medida usada: 3,64 m (aproximadamente, duas braças?). Foi ela achada na guia poente do medievo tanque *Sul*, na (acesa) discussão do projeto de remontagem.

- As medidas. Inexatas: em 2000, no desenho à escala 1/20, o alçado Poente, em que foi buscado o rigor da representação do todo, repete a medida-padrão, mas o alçado Sul, onde se buscou o rigor do silhar, excede-a. Na remontagem, em 2004, lançou-se o levantamento assumindo como correta a medida 3,64 m. Ora, ao lançar-se a quarta fiada, a primeira de perímetro completa, indicavam os silhares das paredes Norte e Nascente ângulo obtuso, confirmando as larguras desiguais dos alçados.

Nada que a vista desarmada detetasse. Valorizou-se esta multiplicação de quadrado em cubo, base da pirâmide visual, cerne da perspetiva central, dando-a como representação da racionalidade da visão Moderna. Intervenção urbana no termo rural, também assim oferece ares da Renascença e sua exigência ética fundamental: ser útil a todo o cidadão. Teria a arca ‘risco’ de alguém que conhecesse a tratadística italiana?

- O espólio. De repente, em 2006, no Depósito 006, o de assentamento da calçada Moderna, identificava-se colagem de *oito fragmentos de porcelana branca* permitindo a obtenção de perfil completo: uma taça de pé recuado e parede arredondada projetada para o exterior junto ao bordo, tipo presente na *Dinastia Jiajing* (1522-1566). Um exemplar da *produção Dehua* vulgarizada no Ocidente como *Blanc-de-Chine*? Certamente que também esta produção foi importada. Porém, facto aceite pela Historiografia é o desenvolvimento de relações comerciais regulares sino-portuguesas apenas depois de finais da década de 1540. Teresa Canepa (2012) defende mesmo que o tráfico para o Ocidente da produção Dehua apenas se deu a partir do séc. XVII. Por outro lado, ocorrências congêneres – porcelana branca em contextos da 1.^a metade do séc. XVI – foram já observadas em Lisboa.
- Ainda assim, surpreenderá a celeridade de entrada no ‘registo arqueológico’: antes de 1548, ali na Quinta do Reimão emprazada a António de Madureira, antigo Vereador da Câmara. Quinta do Reimão, de *Gonçalo Reimão*, a quem a mesma Câmara emprazou previamente o terreno, depois de o fazer a Pedreanes.
- E quando foram celebrados esses outros prazos anteriores? A que corresponde a data de 1513 evocada por Pedro Vitorino (*ibid.*), sobre a aquisição da quinta por um antecessor de Francisco Diogo de Sousa Cirne? Quem foram os parceiros do Rei na requalificação Moderna de Mijavelhas?

V. EPÍLOGO

Sem arquitectura não há verdadeiro “habitar”, sem ela não há um lugar marcado profundamente. De tal modo uma construção é tópica e marca o genius loci que, uma vez acontecida, jamais se apaga totalmente. Mesmo quando destruída, em seu lugar só acontecem “reconstruções”. Carlos Alberto Ferreira de Almeida

Assim aconteceu no Campo até à urbanização do espaço que vitimou os mananciais merecedores de multissecular atenção ao Porto.

Já as obras do séc. XXI são capazes de apagar tudo, mesmo que, na Estação de 24 de Agosto, onde ainda hoje se preste atenção diária a nascente de Mijavelhas.

Não deixa o espaço de ser um ponto de passagem e poderá a Comunidade Científica potenciar o *genius loci* ancestral, fazendo agora dela um porto de encontro para discussão que esclareça os mistérios que encerram o esquecimento, para o Burgo, de chafariz e arca, apelando a uma viagem arquivística sem destino nem termo à vista.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1958) – *Mananciais do Campo Grande e de Mijavelhas. Trabalhos realizados em Fevereiro de 1958*, Serviços Municipalizados das Águas e Saneamentos, (SMAS), Porto. Policopiado.
- CANEPA, Teresa (2012) – The Trade of Blanc de Chine Porcelain to Europe and the New World. *Fujian Wenbo*, 4th issue, December 2012.
- LOPES, Fernão (s/data) – *Crónica de D. João I*, com Introdução de Humberto Baquero Moreno, vol. I, Biblioteca Histórica – Série Régia, Livraria Civilização Editora.
- PASSOS, Carlos dos (1955) – O Campo de Mijavelhas e a Quinta do Reimão. *Boletim Cultural*. Porto, Câmara Municipal do Porto.
- RIBEIRO DA SILVA, F. (2000) – Tempos Modernos, in Dir. Luís de Oliveira Ramos – *História do Porto*. Porto, Porto Editora, pp.257-261.
- SILVA, Germano (1999) – Topónimos Antigos que chegaram aos nossos dias. À descoberta do Porto. *Jornal de Notícias*, 1999-08-22.
- SOUZA REYS, Henrique Duarte e (1861) – Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto, vol. I, 1861, in BRITO, Maria Fernanda, Manuscritos Inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, II Série, Porto, 1984.
- (1867) – *Mappa Sinóptico Estatístico e Histórico dos mananciaes publicos desta Antiga Muito Nobre, Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto*, [Manuscrito].
- VITORINO, Pedro (1941) – A Ponte do Poço das Patas. *Boletim Cultural*, vol. IV, Fase 1. Porto: Câmara Municipal do Porto.